

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PEROLOS  
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

40  
Vol.

- ATA Nº 03/75 -

Aos oito dias do mês de junho de mil novecentos e setenta e seis, às 9 h., previamente convocada, foi realizada uma sessão do Conselho - Universitário, na Sala dos Conselhos Superiores de Universidade Federal de Pá-lotas, sob a presidência do Magnífico Reitor, Prof. Delfim Mendes Silveira e com a presença dos seguintes conselheiros: Profs. Alexandre A. Valério da Cunha, Vice-Reitor, Alvacyr de Faria Collares, Paulo Assunção Osório, Ana Lúcia dos Santos Schild, Alberto Rufino Rose Rodrigues de Sousa, Platão Louzada Alves de Fossêa, Silvino Joaquim Lopes Neto, Clínia Campos Langlois, Ibsen Wetzel Ste-phen, Gastão Coelho Puraça Duarte, Algenor da Silva Gomes, Ory Antunes da Sil-veira, Fernando Nave Cruz Diaz, Guido Kester, Fernando Luis Osório da Costa, - Adolfo Antonio Fetter, Milton Mascarenhas Amaral, Victalino Trindade Dias, Neum Keiserman, Adolfo Amílcar Aranside, Luiz Antonio Machado Veríssimo e Gabriel - Castro de Motta. Abertos os trabalhos pelo Senhor Presidente, passou de imedia-to à Ordem do Dia. ITEM 1. Ata da sessão anterior, distribuída por antecipação ao Conselho. Colocada em discussão, foi aprovada por unanimidade, sem restri-ções. Item 2. Expediente. Consultado o Secretário informou não haver expedien-te e registrar. Item 3. Comunicações da Presidência. Disse o Senhor Presiden-te que a primeira comunicação é relativa ao falecimento do Conselho Clóvis Gou-lart Candiota, ocorrido de forma totalmente inesperada, no mês de abril do cor-rente ano. Disse propor ao Conselho um voto de pesar pelo passamento daquele - Conselheiro que tanto trabalhou, tanto no Conselho Diretor da Fundação, como - no Conselho Universitário como representante daquele Conselho, desde a instale-ção, praticamente, de ambos os Conselhos, sempre com a dedicação, entusiasmo e segurança não não deixavam dúvidas quanto ao lado em que estava nos momentos - da decisão dos Conselhos. Disse o Senhor Presidente propor ao Conselho um voto de pesar, com a comunicação à família do extinto. Aprovado por unanimidade. b) Ligação viária cidade/campus. Exposição. Ofício ao Sr. Prefeito Municipal. Dis- se o Prof. Delfim Mendes Silveira que, como era do conhecimento de todos, o trabalho, empenho, a procura de uma solução para o problema da ligação cidade/-campus, vem se desenvolvendo desde muito antes do surgimento da Universidade. Disse que o plano apresentado pela Universidade, havia colidido com o plano - que a Prefeitura Municipal possuía, tanto na gestão anterior do Prof. Louzada de Fonseca, como na atual gestão do Prefeito Ari Alcântara. Não houve, assim, - um somatório de esforços para uma solução que pudesse atender tanto a ligação de contorno das rodovias federais que chegam e que saem da cidade, como a ne-cessidade que a Universidade tinha com uma nova ligação entre o campus e a ci-dade. E agora, face o agravamento da situação com a interdição de uma das vias de av. Duque de Caxias, e para que também ficasse registrada a posição da Rei-toria e a sua inconformidade com a solução mesmo momentânea dada ao problema, disse haver sido encaminhado um ofício ao Senhor Prefeito Municipal, solicitan



de ao Secretário que procedesse à leitura de cópia do mesmo. Foi procedida a leitura do referido ofício, de nº 207/76, datado de 12 de março de 1976, cuja cópia fica anexada à presente ata, arquivada na Secretaria dos Conselhos. Disse a Presidência que em resposta a este expediente da Reitoria, o Sr. Prefeito respondeu - com o ofício nº 1651/76, datado de 4 de maio de 1976 que igualmente foi lido pelo Secretário para conhecimento do plenário e que fica arquivado com a presente ata. Em seguida o Prof. Delfim Silveira disse que sem querer entrar no mérito da resposta do Senhor Prefeito Municipal, entendia que o mesmo havia feito uma exposição muito ampla, sem contudo haver muita relação com o assunto ligação cidade/campus que justificou o ofício enviado ao mesmo pela Reitoria. Aduziu que o Sr. Secretário de Obras, Engº Carlos Augusto Ackermann insistiu nos mesmos pontos, em seu ofício encaminhado ao Sr. Prefeito e que acabou de igualmente ser lido. Mas, disse o Senhor Presidente que queria deixar registrado nos anais da Universidade, e que realmente até hoje, não havia a Universidade recebido qualquer contribuição da Prefeitura Municipal. Nem sequer a conservação destes quilômetros desde a faixa asfáltica até o pórtico do campus tem sido feita às expensas da Prefeitura, e não pela Universidade e pela EMBRAPA. Disse não visar pessoas e sim querer registrar o fato de que a Universidade não recebeu até hoje nenhuma contribuição para solução do problema viário cidade/campus, de quem quer que seja. Disse haver recebido agora, através do Prof. Edson Vignoli, do Senhor Ministro dos Transportes, a segurança de que, como solução de emergência, seria a atual ligação asfaltada, desde o corredor de acesso à Universidade até o início da Av. Duque de Caxias. Tal trabalho seria, segundo o Senhor Ministro, realizado ainda neste segundo semestre. Se tal se concretizar, será esta a única colaboração recebida para o problema ligação cidade/campus até agora, por qualquer dos poderes públicos. c) Construção em terreno da Universidade. Ofício ao Sr. Prefeito Municipal. Determinou a Presidência ao Secretário dos Conselhos que procedesse à leitura das correspondências encaminhadas pela Reitoria à Prefeitura Municipal, constando dos ofícios de nºs 91/76 de 12.2.76 e 1026/76, de 26.12.75. Ambos foram lidos e dizem respeito ao avanço de construção de próprio da Prefeitura Municipal em terreno pertencente à Universidade, junto ao prédio situado na Pça. 7 de Julho nº 180. As cópias dos referidos ofícios passam a integrar a presente ata, com ela arquivados na Secretaria dos Conselhos. Disse o Prof. Delfim Silveira que este assunto já havia sido levado ao Conselho Diretor da Fundação e hoje é trazido ao conhecimento do Conselho Universitário. Disse que conforme tomou conhecimento o Conselho, pela leitura das correspondências remetidas pela Reitoria, todo o empenho foi feito para que o assunto fosse resolvido de modo a que a Prefeitura reconhecesse a invasão do terreno da Universidade e que tomasse as medidas cabíveis. Disse que no plano do relacionamento epistolar, no plano do relacionamento pessoal e no plano do relacionamento Universidade/Prefeitura, nada foi possível fazer. E não recebendo, sequer a Universidade, resposta aos dois ofícios enviados. Disse trazer agora o assunto ao Conselho Universitário que é o órgão supremo da UFPel para que decida o que deve ser feito. Se arquivar o assunto ou encaminhá-lo à Justiça, já que o direito da Universidade é líquido e certo, não tendo a Reitoria outra solução, como responsável pela integridade do patrimônio da Universidade. Disse que o que o Conselho decidir, será feito. Colocou o assunto em discussão. Pediu a palavra o Conselheiro Adolfo Antonio Fetter, representante comunitário no Conselho Universitário, dizendo saber que a Prefeitura havia feito no terreno em questão um jardim. Disse não ter conhecimento da garagem que foi construída pela Prefeitura, qual e sua metragem de frente e fundos. Respondeu a Presidência que a Universidade desconhece suas dimensões, sabendo apenas que do terreno pertencente à Universidade - com 1,50 m. de largura, na parte em que foi construída a garagem, ficou reduzido a 70 ou 80 cms. apenas, o que é uma largura inferior prevista no Código Civil, que é o mínimo previsto para a permissão de aberturas laterais em prédios lindeiros. Disse que a Reitoria tinha idéia de levantar um muro, delimitando as duas áreas, mas, antes que isso fosse concretizado, a Prefeitura havia iniciado a construção da garagem, impossibilitando a feitura do muro citado. O Dr. Adolfo Fetter, disse



12  
set.

ficar em uma posição difícil, já que é representante da Prefeitura Municipal, nomeado pelo ex-Prefeito Prof. Louzada Alves da Fonseca e confirmado, ao fim de seu mandato, pelo atual Prefeito, Sr. Ary Alcântara, dizendo inclusive que lhe faltam informações para tal. O Senhor Presidente disse que o Conselheiro Fetter integra o Conselho Universitário, como representante do Conselho Diretor da Fundação, e, nesta, é um representante da comunidade, já que os demais representantes, da Associação Comercial, Associação Rural, Centro de Indústrias, rede bancária, etc., representam, também, a comunidade. O assunto foi amplamente discutido no Conselho, com a intervenção de vários conselheiros, havendo, ao final, o Prof. Gastão Coelho Pires Duarte sugerido que fosse enviado novo expediente ao Sr. Prefeito Municipal, não mais pela Reitoria e sim por decisão do Conselho Universitário, e, caso não haja solução, então sim, restaria o envio do problema à Justiça. Posta a votação a sugestão, foi aprovada por unanimidade e sem restrições. d) Biblioteca Central - Instalação a Plano de Desenvolvimento. Disse o Senhor Presidente que este assunto mereceu ser trazido ao Conselho, em razão de entre outras dificuldades, a do reconhecimento de alguns cursos da Universidade, pelo fato de não existir instalada na UFPel, apesar de existir no Estatuto e no Regimento Geral, a Biblioteca Central. Disse apenas querer comunicar ao Conselho que, felizmente, a perspectiva da instalação da Biblioteca Central se tornará realidade em um curto prazo. Disse que a Sra. Florinda Torres aceitou o convite para a Direção da Biblioteca Central, já estando em plena atividade. Inicialmente o módulo ao lado da Reitoria terá em uma de suas grandes salas o órgão central da Biblioteca que de início surgirá como uma Biblioteca tecnicamente centralizada e parcialmente descentralizada, pela situação geográfica das Unidades existentes fora do campus. Mas, apesar de estarem afastadas, as bibliotecas descentralizadas terão subordinação à direção da Biblioteca Central. Disse o Prof. Delfim Silveira haver um acervo bibliográfico novo que está sendo selecionado para fins de registro e confecção de fichários, levando tudo a crer que até o fim do corrente ano a Biblioteca Central possa começar a ser instalada no prédio definitivo. e) Plano de Obras de 1976 e 1977. Disse a Presidência querer comunicar ao Conselho que nos exercícios de 1976 e 1977, a Universidade havia sido contemplada com recursos bem superiores aos anos anteriores, o que permitiria uma aceleração das obras, com a conclusão de alguns prédios já começados, a conclusão nessas dois períodos, do prédio e dos órgãos da Reitoria e, também, de áreas básicas do campus, além de outras áreas que constituem um compromisso histórico de obras que foram iniciadas no passado, citando como exemplo o prédio da Odontologia. Disse que o problema das áreas profissionais ficará para a próxima gestão da Universidade. f) - Restaurante e Casa do Estudante. Disse que este assunto diz respeito diretamente à Reitoria. Disse haver sido publicado no órgão de divulgação do DECE, digo, do DCE da UFPel, um artigo - na sua página 4, que é trazido ao Conselho para que ficasse registrado em ata, o absurdo dessa publicação, e para que vejam até que ponto vai uma evidente má fé de um estudante que é capaz de publicar mentiras clamorosas. Procedeu à leitura do artigo que dizia a certa altura que os estudantes da UFPel receberam ordem de desocupar seus quartos. Disse o Prof. Delfim ser esta a primeira mentira, já que a ordem foi dada para a desocupação total do prédio, no fim do ano letivo, para que fosse procedida a limpeza geral do mesmo e pintura onde fosse necessário, como ocorre anualmente. Segue o artigo dizendo: "No início do ano, ao retornarem aos seus alojamentos"... Outra inverdade, já que ninguém retorna a seus alojamentos, já que no início de cada período letivo, é feito o julgamento do pedido de bolsas de estudos e são destinados os alojamentos para os mais carentes, não existindo direitos adquiridos para alojamento na Casa. Prossegue o artigo: "...O Restaurante Universitário que funciona no centro da cidade só foi aberto este ano, após decisão do Conselho Universitário"... "foi necessária a sábia decisão do Conselho para reabrir o Restaurante do centro, fechado pela Reitoria. O fechamento foi decidido em represália às denúncias efetuadas por vários universitários em novembro do ano passado, quando, durante 20 dias foram mal atendidos. O DCE teve importan-



to participação nesse fato, indo até o Reitor e pedindo a reabertura que parecia, depois, da decisão do Conselho. Estes dois fatos: o fechamento do RU e o pedido para que os moradores da Casa do Estudante se retirassem para ser feita a pintura que não foi executada, somados à abertura quatro dias após o início das aulas da Casa do Estudante, causam descontentamento e insegurança entre os universitários. Em 1976, nestes dois primeiros meses não temos registrado fatos que tenham prejudicado aos universitários, tanto no RU como na Casa do Estudante. Esperamos que isso continue ocorrendo, para que possamos esquecer as irregularidades apresentadas em anos anteriores, quando mais da metade dos moradores da Casa do Estudante se retiraram para outras pensões, descontentes com as decisões administrativas adotadas pela Universidade. Temos que reconhecer o fato que uma Diretoria formada democraticamente pelos moradores da Casa, não foi reconhecida pelo Setor Administrativo da Universidade. Esperamos que cada vez mais o atendimento do RU e da casa do estudante seja aperfeiçoado, para melhoria dos estudantes da UFPel, esta é o nosso pedido que consideramos justo." Disse o Prof. Delfim que indagou qual a pessoa que se escondia atrás do pseudônimo assinado, descobrindo ser o próprio Presidente do DCE. Disse o Prof. Delfim não esquecer que as funções do Reitor, dos Diretores e dos Professores, é, antes de tudo, uma função pedagógica, uma função de ensino. Sendo que, as faltas dos estudantes, principalmente as de boa fé, devem ser encaradas com tratamento dentro de um ponto de vista pedagógico. Mas, manifestações de má fé como esta que foi trazida ao Conselho, se enquadra perfeitamente dentro daquela manifestação de Rui Barbosa quando não reconhecia à mocidade o privilégio da nobreza, o privilégio de boa e nobre intenção, dizendo que tanto os moços como os velhos devem povoados tanto de pessoas bem intencionadas como de pessoas mal intencionadas; de pessoas bem orientadas e de pessoas mal orientadas. Disse ser evidente que se deve reconstruir e recuperar da mocidade, tudo o que se pode, orientando-a bem. Mas, prosseguiu o Prof. Delfim Silveira - situações como esta, refletem mentiras, falsidades, com o intuito, inclusive, de querer colocar o Conselho Universitário em conflito com a Reitoria. Disse ser isto realmente triste, partindo de um rapaz que não sabe nem escrever, citando como exemplo desta afirmação, que o mesmo, ao tentar encaminhar um pedido de recursos ao MEC, para o DCE, trouxe o mesmo à Reitoria, para verificar se estava bem. O pedido estava feito de uma forma tão ilegível, tão incompreensível, que o trabalho foi totalmente refeito pela Reitoria, escrito em português, pois não poderia ser considerado português corrente. Da maneira que estava redigido o pedido seria indeferido de início, pois ninguém compreenderia o que ele teria escrito, isto, depois de o mesmo confessar que teria passado toda a noite redigindo aquele ofício. Quanto a afirmação de que é difícil o acesso ao Reitor, disse o Senhor Presidente ser outra "deslavada mentira" pois o mesmo é recebido inclusive na residência do Reitor, passando, às vezes uma manhã inteira conversando, indagando e sabendo de todos os fatos que lhes digam respeito. Disse que o primeiro compromisso que a mocidade deve ter é consigo próprio e com a verdade, pois quem não tem compromisso com a verdade, não tem compromisso com mais nada. Dizer que todos os estudantes são bons, é um absurdo, pois amanhã, muitos deles serão assassinos, serão vigeristas, citando que em sua geração, também há assassinos e vigeristas. Disse o Prof. Delfim que gostaria de deixar todos estes fatos registrados para que tomassem conhecimento até que ponto um estudante, um rapaz que quer a presidência do DCE, mente e falseia, pois se verdadeiros os fatos aqui relatados, seriam do conhecimento de todos os senhores conselheiros. Disse o Senhor Presidente que era com tristeza e constrangimento que trouxe o assunto ao Conselho e para que ficassem os fatos registrados em ata, apesar de ter dito ao estudante, tudo o que aqui foi dito, na presença do Prof. Ibsen Wetzel Stephan que estava presente na ocasião. ORDEN DO DIA - Item 4. Proposta de concessão do título de Doutor Honoris Causa ao ex-Ministro da Educação, Senador Tarso Dutra. Disse o Prof. Delfim que já há algum tempo que a Reitoria vinha pensando nessa proposição ao Conselho, pois esse título já foi concedido ao ex-Ministro Jarbas Passerinho e ao atual Ministro Ney Braga e até agora não foi concedido, ao ex-Ministro, sob cuja gestão foi criada a Universidade e de cuja criação ele próprio participou como signatário do



Decreto-lei que criou a Universidade. E, conforme era sabido de todos, sempre foi o entusiasta que emprestou decidido apoio à nova Universidade. Evidentemente ele não pode fazer nada pela UFPel, já que, dois meses após sua criação, o Senador - Tarso Dutra já não era mais Ministro da Educação. Disse o Senhor Presidente que, não só pelos precedentes mas também por mérito próprio que o mesmo teve com relação à idéia, trazia ao Conselho a proposta de concessão do título de Doutor Honoris Causa ao ex-Ministro Tarso Dutra. O Prof. Paulo Osório disse que achava muito justa essa homenagem ao ex-Ministro, em razão de o mesmo ter discutido muito o problema da criação da Universidade. Disse, ainda, que outro fato também merece a consideração de todos. Quando Deputado Federal, o Senador Tarso Dutra deu seu decidido apoio à incorporação das Faculdades de Direito e de Odontologia de Pelotas, à Universidade do Rio Grande do Sul, sendo, por isso, favorável à concessão, prêmio também, merecido, por todos os títulos, pelo trabalho que o mesmo sempre desenvolveu pela causa da educação nacional. Em aprovação, foi a proposta da Presidência aceita pela unanimidade do Conselho, sem restrições. Itens 5, e 6. Orçamento de 1976 e Orçamento de 1977. Informou a Presidência que o Prof. Castelar Garcia, Chefe do Serviço de Finanças da Universidade que faria a explanação do assunto, encontra-se na cidade, recebendo colegas seus de outras Universidades, que vem à Pelotas, dentro do intercâmbio determinado pelo MEC com relação às Chefias dos Serviços Financeiros das Universidades para troca de conhecimentos e rotinas de serviços. Disse a Presidência que os itens 5 e 6 ficariam postergados para serem apreciados quando da presença, ainda neste sessão, do Prof. Castelar. Item 7. Aquisição de terreno na parte norte da Universidade. Disse a Presidência existir uma faixa de terreno ao norte da Universidade, que já há mais tempo havia sido objeto de cogitações no sentido de sua aquisição. Mais recentemente, em face da exigência de terreno nesta área, para futura instalação das áreas profissionais e também pela proximidade da linha divisória que dista apenas cerca de 200 metros do prédio da Reitoria, foi consultado o proprietário sobre a possibilidade da venda da área, em apenas uma pequena parte de 10 a 12 ha. O proprietário disse que a venda poderia ser efetuada, mas, de toda a área existente. O assunto foi levado ao Conselho Diretor da Fundação que concordou com que as démarches prosseguissem. Disse a Presidência que se, de futuro, a Universidade pudesse se entrosar com a EMBRAPA de forma a receber a cessão das áreas pertencentes à mesma, evidentemente o terreno em questão seria desnecessário. Caso contrário, o mesmo seria de vital importância para a expansão do campus da Universidade. Disse que teria essa faixa cerca de 84 ha. e que, no ano passado havia sido oferecida pro, digo, por 12 mil cruzeiros o hectare. O Prof. Gastão Duarte disse ser um preço razoável, pois essa proximidade com a cidade dá ao terreno muito valor. O Conselho discutiu o assunto sob vários aspectos, culminando com a autorização do conselho para que a Universidade desse continuidade aos entendimentos com o proprietário, trazendo, oportunamente o assunto novamente ao Conselho. Item 8. Exposição a ser lavada ao Sr. Secretário da Agricultura e ao Sr. Governador do Estado. Discussão e resolução. Disse a Presidência que, como é sabido de todos, nunca se soube em termos de área o que pertence à Universidade e o que é de propriedade da EMBRAPA. Disse ainda que o Ministério da Agricultura, até agora, não providenciou no passeamento da carga móvel e utensílios pertencentes às Unidades que foram transferidas para a Universidade. Citou ainda que a EFLUX-Pelotas, está situada em área pertencente à Fazenda da Palma que é de inteira propriedade da Universidade. Citou diversas outras irregularidades que não foram ainda sanadas por descaso do MA que até agora não teve maior interesse em solucioná-las, apesar de não haver má fé. Disse que essa situação difícil de relacionamento com o IPEAG, surgiu a EMBRAPA e com a situação nova que se criou, com novas orientações e diretrizes, movimento muito dentro da incorporação das Universidades ao sistema de pesquisas agropecuárias no país, foi firmado um convênio EMBRAPA/UFPel. Mas, pelo próprio modelo operacional de EMBRAPA, segundo o qual a operação direta desta ocorre somente nos centros nacionais de produtos, nos demais casos, pelo modelo operacional, a pesquisa agropecuária ficará à cargo das Empresas Estaduais e estas já foram organizadas em vários Estados, e agora está sendo no Rio Grande do Sul, significando uma situação



75  
des.

ção completa da situação pré-existente, de um convênio entre a EMBRAPA e a UFPel, foi realizada uma reunião com toda a área das ciências agrárias, ficando resolvido, por unanimidade, que a UFPel encarassem ao Secretário da Agricultura e o Sr. Governador do Estado, a necessidade de que os mesmos compreendessem ser esta uma área só, uma integração que não pode ser esperada. Fazer ver que, se já era difícil lidar com organismos em termos nacionais, muito mais difícil será lidar com organismos em termos regionais, onde as influências e os interesses de ordem política podem ser muito mais presentes e continuados. Foi então, constituída uma comissão composta dos Profs. Francisco de Jesus Vernetti e Renato Rodrigues Peixoto, para elaborarem um documento expositivo que seria levado ao Governo do Estado, com o pensamento da Universidade, naturalmente após a aprovação de seu texto pelo Conselho Universitário. Determinou ao Secretário que procedesse à leitura do referido documento, o que foi feito. Disse a Presidência que este documento havia sido elaborado e trazido ao conhecimento do Conselho, sem qualquer revisão, estando com algumas imperfeições e erros de datilografia, mas, trazido ao conhecimento do plenário para conhecimento do trabalho que havia sido realizado pelos dois membros designados para tal, na reunião da área das ciências agrárias, para demonstrar ao Senhor Governador do Estado a necessidade da integração física, a integração pessoal, funcional e docente desta área que é realmente indivisível. Disse que se tomasse esta área que pertence à EMBRAPA, se não for entregue à Universidade, será entregue à Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária, que será a dirigente da área. Disse que é um fato plenamente visível, a integração e indissolubilidade dos elementos constituintes desta área, bastando dizer que parte da Universidade está dentro da área tida como da EMBRAPA, o acesso à Fazenda de Palma é feito através de uma área que seria da EMBRAPA. Disse que todos os trâmites do processo de entrega à Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária, foram feitos sem nenhuma consideração à existência da Universidade, apesar do interesse da Universidade, manifestado inclusive a dois Ministros da Agricultura que aqui já estiveram. Disse ainda, que atualmente, nesta zona, é a Universidade o único organismo capaz de desenvolver qualquer tipo de pesquisa agropecuária, dado que a antiga área do IPEAS foi totalmente esvaziada pela retirada dos técnicos e pesquisadores. Assim, se o Governo Estadual, que já assinou convênio de compromisso, quizer fazer qualquer tipo de pesquisa aqui, no terreno agropecuário, só poderá fazê-lo por intermédio da Universidade. A não ser que fosse criado, paralelamente, um organismo idêntico ao da Universidade, o que seria um absurdo, já que a UFPel se propõe a desenvolver qualquer tipo de pesquisa agropecuária que a EMBRAPA desejar e, bem assim, qualquer tipo de apoio à pesquisa nacional que for necessário. Disse o Prof. Delfim Silveira, que, infelizmente, o convênio de intenções já foi assinado entre o Governo do Estado e a EMBRAPA, sem ao menos a UFPel dele ter tido qualquer conhecimento prévio. Disse ser este o assunto a ser exposto ao Sr. Governador do Estado, como única orientação a ser adotada. Disse já haver sido mantido contato com a Secretaria da Agricultura e com o Governo do Estado que já têm conhecimento do assunto que a Universidade deseja tratar. Colocou o assunto em discussão foi amplamente debatido pelo plenário, sendo ao final aprovado, conferindo à Reitoria poderes para discutir o assunto em qualquer nível e usar de todas as formas possíveis para a obtenção do que é proposto no memorial que foi lido ao plenário e que é anexado à presente ata, dela fazendo parte integrante e arquivado na Secretaria dos Conselhos. O Presidente, face ao adiantado da hora, suspendeu a reunião, para o almoço, devendo ser reiniciada às 14 h. Reiniciados os trabalhos na hora aprazada, foram abordados os itens 5 e 6 da Ordem do Dia, agora, com a presença do Chefe do Serviço de Finanças, Prof. Castelar Braz Garcia. O Senhor Presidente disse querer antes de mais nada, fazer um ligeiro retrospecto da execução orçamentária da Universidade, apenas em seus quantitativos gerais, desde a sua fundação. Citou o orçamento inicial da UFPel que em 1969 foi da ordem de Cr\$5.323.385,51. Em 1970, o orçamento se elevou para Cr\$8.560.667,06. Em 1971 - Cr\$ 13.857.158,36. Em 1972, - Cr\$19.640.894,24. Em 1973 - Cr\$28.365.686,28. Em 1974 - Cr\$33.620.057,62. Em 1975, Cr\$58.827.916,33 sendo que o Orçamento do Município atingiu a Cr\$55.000.000,00 em milhares redondos, ficando já, aquém do orçamento da UFPel. Em 1975, até o presen-



te momento, já está a Universidade com a orçamentação, disponível até o fim do ano, de Cr\$ 121.786.000,00, que já garante um excesso sobre o Orçamento do Município, de cerca de Cr\$60.000.000,00. A seguir, passou a palavra ao Chefe do Serviço de Finanças para exposição do orçamento de 1976 e para exposição que redundará em discussão e aprovação do orçamento para 1977. O Prof. Castelar Braz Garcia distribuiu ao plenário cópia dos dados referentes ao assunto, discorrendo amplamente sobre o mesmo, respondendo indagações dos senhores conselheiros sobre as rubricas orçamentárias, havendo o Prof. Delfim Mendes Silveira, informado que, conforme tiveram conhecimento os senhores conselheiros, pelas explicações da Chefia do Serviço de Finanças, o Fundo Patrimonial para o corrente exercício ainda não havia tido aplicação, isso, em razão de a Reitoria haver pedido ao MEC um auxílio especial de quase um milhão de cruzeiros, para fortificar a rubrica de Outros Serviços de Terceiros, como garantia do transporte da Universidade para o segundo semestre já que o empenho global - feito para o primeiro semestre, será insuficiente para cobertura da todo o exercício. Disse que, como não é certa a concessão do pedido pelo MEC, não pode a Universidade ficar desprevenida, ficando o Fundo Patrimonial que é de cerca de um milhão e setecentos mil cruzeiros como uma garantia, devendo ser destacada uma verba de setecentos mil cruzeiros para complementação das necessidades na rubrica citada. Disse que no primeiro semestre foi suspensa a contribuição dos alunos para o transporte, mas, no segundo semestre, a mesma já estará incluída para a matrícula dos alunos que será feita em junho e julho e a matrícula em dezembro. Passou em seguida o Prof. Castelar Garcia a discorrer sobre os dados relativos ao orçamento para 1977, cuja síntese foi distribuída cópia aos senhores conselheiros para acompanharem a exposição. Os recursos propostos inicialmente são da ordem de Cr\$..... 131.354.300,00, devendo, segundo a Presidência, com a inclusão de outros recursos de procedências várias, atingir cerca de Cr\$142.000.000,00 já disponíveis no mês de janeiro de 1977, sendo este o Orçamento inicial para 1977 que foi colocado em discussão, sendo aprovado por unanimidade e sem restrições. Os documentos trazidos pela Chefia do Serviço de Finanças para conhecimento dos dados orçamentários acima enumerados, fica cópia juntada a esta ata, dela fazendo parte integrante, e arquivada na Secretaria dos Conselhos. Ordem do Dia - item 9. Projeto de Regimento dos Cursos de Pós-Graduação. O Prof. Fernando Cáprio da Costa que havia pedido vistas do processo na sessão anterior, procedeu à leitura de seu parecer sobre o que foi feito pela Comissão Especial designada pela Reitoria para feitura do Projeto de Regimento, discordando em alguns pontos do trabalho apresentado. Em razão dessa divergência, foi proposto o envio do processo à Comissão Especial que o elaborou, para que se manifestasse sobre os pontos divergentes apontados pelo Prof. Fernando Cáprio da Costa, Coordenador dos Cursos de Pós-Graduação da UFPel. Foi aprovada a proposta, pela unanimidade do plenário, devendo, após a apreciação pela referida Comissão, retornar ao Conselho Universitário para discussão e aprovação. Item 10. Projeto de Regimento do Instituto de Ciências Humanas. Relator: Prof. Vitalino Trindade Dias. Disse o relator que o projeto havia retornado ao Instituto de Ciências Humanas, em face do pedido de vistas do Prof. Gabriel Castro da Motta, que iniciara proposta de modificações, já que o mesmo não contemplava a existência, em seu texto, do Curso de Ciências, digo, Curso de Estudos Sociais ou a previsão da integração no mesmo de outros cursos que poderiam surgir. Refeito o Projeto, retornou à Comissão de Legislação e Normas que emitiu o seguinte parecer: "Tendo sido cumprida a diligência solicitada no parecer de fls. nada há que possa ser oposto à aprovação do Regimento Interno do ICH. Somos, portanto, pela sua aprovação". Em discussão o parecer do relator, foi aprovado por unanimidade. Item 10. Anteprojeto de Regimento da Assessoria de Planejamento e Desenvolvimento. Rel. Prof. Alberto Sousa. O relator disse que o parecer relativo ao projeto já foi aprovado pelo Conselho, cujo parecer era pela aprovação do Projeto, levantando apenas a questão de que o Estatuto prevê a existência de um órgão que coincide com a Assessoria de Planejamento, que é o Conselho de Planejamento e Desenvolvimento. Segundo o Estatuto este Conselho é integrado por cinco membros, enquanto que a assessoria projetada seria constituída por três membros. Disse haver sido favorável a aprovação, propondo que o Estatuto fosse adaptado a esse órgão assim criado. O Processo voltou ao



Prof. Mário Rosa que por sua vez se manifestou concorde com a sugestão, lembrando, porém, que este projeto, referente à Assessoria, faria parte de um documento maior que seria o projeto disciplinando todos os órgãos da Reitoria e sugeriu que este texto voltasse posteriormente, já integrando o projeto da Reitoria com todos os seus órgãos. Disse que o processo deverá estar em mãos do Prof. Mário Rosa. Foi retirado de pauta à espera do projeto que englobará todos os órgãos da Reitoria. - Item 12, Projeto de Regimento da Faculdade de Ciências Domésticas. Relator: Prof. Vitalino Trindade Dias. Parecer - "O Regimento da Faculdade de Ciências Domésticas atende às normas estabelecidas pelo Regimento Geral da Universidade, pelo que, opinamos pela sua integral aprovação." Em discussão, foi aprovado o parecer do relator. Os itens 13 e 14 foram retirados da pauta, devendo retornar na próxima sessão. Item 15 - Regimento da Comissão Permanente de Capacitação Institucional. Rel. Prof. Vitalino Trindade Dias. Parecer: "Após detido exame das normas que compõem o Regimento da COPERCI e em atendimento à honrosa designação do Magnífico Reitor da Universidade Federal de Pelotas, Prof. Delfim Mendes Silveira, manifestamos nosso entendimento pela total procedência e lucidez das referidas normas, nada tendo a acrescentar. É o parecer." Em discussão o parecer do relator, foi aprovado por unanimidade. Item 16, Processo de absorção da Faculdade de Medicina pela UFPel. - Proposta do Instituto de Biologia. Retorno após pedido de vistas do Prof. Naum Kajsman. Relator: Prof. Alberto Sousa. Disse o relator, que ao examinar o processo, surgiram dúvidas que o forçaram a apresentar um requerimento para prestação de esclarecimentos complementares, sem os quais não poderia relatar o processo. Processou a leitura do requerimento que está inserido no processo. Disse haver solicitado uma série de informações para poder examinar todos os aspectos referidos, tanto na exposição do Sr. Diretor do Instituto de Biologia como na exposição, após pedido de vistas, do Prof. Diretor da Faculdade de Medicina. Disse ainda, que se o fato se tratar apenas de examinar a proposição do Prof. Milton Amaral que é a de incorporação imediata da Faculdade de Medicina à Universidade, havia sentido que há um consenso na Universidade quanto a isto. Tanto o Prof. Naum que este é o propósito de sua Faculdade como esta é também o desejo do Instituto de Biologia. Disse o relator que se depende apenas de o Conselho Universitário trazer novamente a sua manifestação a favor dessa incorporação, ficaria o seu requerimento prejudicado. - Caso contrário, então, sim, precisaria dos elementos citados em seu requerimento para poder, realmente, formular seu relatório geral sobre o assunto. A Presidência disse que o requerimento do relator, em nome da Comissão de Legislação e Normas, carecia de aprovação do plenário já que era um pedido de ordem interna. Disse o Prof. Delfim Silveira que a título de informações complementares, queria historiar todos os fatos que antecederam o processo, desde a contratação de professores para a área básica, colocados à disposição da Faculdade de Medicina como uma forma de auxílio da Universidade, até o pedido de recursos adicionais ao MEC, para atender as mais necessidades daquela Faculdade agregada. Discorreu longamente sobre o assunto, esclarecendo, inclusive, as gestões que inúmeras vezes foram feitas junto ao MEC para incorporação daquela unidade à UFPel, e a tramitação de um processo neste sentido que está no Ministério desde quase a fundação da Universidade. Foi conhecido que o processo fosse para o Conselho Federal de Educação onde ficou vitorioso o voto do Prof. Edson Machado de Sousa, que na época não era Diretor do DAU, pertencendo ao Ministério do Planejamento e sendo membro do CFE, em cujo voto declarou não haver razões para aceitar os votos dos conselheiros Newton Sucupira e Esther Figueiredo Ferraz, esta, principalmente, em sentido desabonatório para a área do ensino superior em Pelotas. Ficou o processo dentro daquele chaveiro decisório do CFE: "Prove primeiro a entidade ou a Universidade que possui recursos para essa incorporação", quando todos sabem que não reside aí o problema e sim ao fato de que o MEC não quer abrir a porta para a incorporação de entidades particulares ao ensino oficial. Após a posse do Ministro Ney Braga, a Universidade entrou em contato com o Diretor do DAU, Prof. Edson Machado de Sousa, que desarquivou o processo dando tratamento especial, determinando a tramitação do mesmo. Teceu a Presidência longa consideração sobre o tema, abordando os vários aspectos e tentativas feitas até o momento para concretização da incorporação. Disse que o setor com



46  
Jul

estante da Universidade, por determinação do Reitor, havia incluído na proposta orçamentária para 1977, pedido de recursos para pessoal, que possibilitará a contratação de todos os professores da Faculdade de Medicina, havendo tal pedido já sido deferido. Não seria propriamente uma contratação e sim o pagamento dos vencimentos dos professores da Faculdade de Medicina. Houve intervenção de vários conselheiros, procurando esclarecer diversos fatores que advirão com a concretização do pagamento dos professores, indagando sobre vários aspectos do problema. Houve longo debate, com a participação de quase totalidade do plenário, sobre o assunto. Pedindo a palavra, o Prof. Milton Mascarenhas Amaral, disse - que como motivador do processo, se sentia na obrigação de dar alguns esclarecimentos ao Conselho Universitário, dizendo iniciar com um ofício encaminhado ao Magnífico Reitor, de solidariedade à sua moção, oriundo dos Departamentos do Instituto de Biologia e de um Departamento do Instituto de Química, assinado pelos seus respectivos chefes. Procedeu à leitura do ofício, cuja cópia xerográfica - vai ser anexada à presente ata, dela fazendo parte integrante e arquivada na Secretaria dos Conselhos. Disse ainda o Prof. Amaral, que apesar de solução apresentada, com o auxílio extra do MEC para cobertura da folha de pagamento da Faculdade de Medicina, não atingiu o que realmente é pretendido pelo mesmo, já que o desejo do Instituto de Biologia, é que a UFPel venha a ter um Curso de Medicina. Disse não ter nada contra a Faculdade de Medicina, tendo esta no mais alto grau o, particularmente, sempre que possível tem emprestado colaboração à mesma. Citou vários exemplos. Disse que a solução atual não atende o pretendido, pois é desejo que a Faculdade de Medicina venha a ser incorporada definitivamente à Universidade Federal de Pelotas e deixe sua condição de agregada, situação que considera dúbia, pois atualmente a Faculdade de Medicina "está em cima do muro", - ora sendo da Universidade, ora não. Quando interessa à mesma, é; Quando não interessa, não é da Universidade. Diz que não concorda com essa situação "auí generis" onde os docentes da Faculdade de Medicina comparecem às reuniões dos Departamentos do Instituto de Biologia, ouvem, decidem, aprovam, reprovam, e ao sair de porta do Departamento, não precisam cumprir nada daquilo que foi decidido. É, no seu entender uma situação privilegiadíssima, com a qual, absolutamente não concorda. Teceu outras e várias considerações sobre o assunto em pauta. O Prof. Delíla Silveira disse que as considerações do Prof. Milton Amaral, sobre a incorporação da Faculdade de Medicina, de imediato, são inatacáveis do ponto de vista teórico mas as dificuldades começam a ocorrer quando passa para o plano prático. A expressão usada pelo mesmo de que "a Medicina (Faculdade) está em cima do muro" tem validade, pois a mesma não tem podido estar nem de um lado nem do outro, - refugiando-se, muitas vezes "em cima do muro". A Medicina, como a Universidade, não tiverem outra alternativa até o momento. Outras intervenções foram feitas pelo plenário, abordando aspectos ligados ao processo em apreciação. O processo - foi baixado em diligência, atendendo requerimento do relator, e, tão pronto se - jam as informações prestadas, deverá retornar à Comissão de Legislação e Normas, voltando, após, à consideração do plenário em sessão posterior. O Senhor Presidente solicitou licença ao plenário para passar ao item 20 da Ordem do Dia, que contém um dos assuntos mais urgentes, Normas para concessão dos regimes docentes. Disse a Presidente que este item tem dois aspectos distintos. A COPERT, como todos sabem é o órgão que veio a substituir a COPERTIDE e como tal, ficou herdeira das atribuições da COPERTIDE. A COMCRETIDE, passou agora a ser um órgão integrante do Departamento de Assuntos Universitários do MEC. E a COPERTIDE na Universidade que tinha por fim administrar recursos que vinham com destinação específica, passou hoje a ser um órgão que vai gerir recursos da Universidade, sem destinação específica, para implantar os mesmos regimes, fiscalizá-los, acolhê-los, concedê-los ou cortá-los, se porventura os professores contemplados não cumprirem os planos de trabalho. A COPERT elaborou um conjunto de normas, que do ponto de vista do ensino, já foram aprovados pelo COCEP e que somente poderão ser alterados no Conselho Universitário, se contrários a dispositivos vigentes na Universidade. - Por outro lado, a própria disciplina que a Reitoria deveria ter para implantação da reclassificação do magistério, em termos de regimes de 20 horas. Os trabalhos



elaborados, tanto pela COPERT como pela Reitoria, foram analisados item por item, artigo por artigo, e, ao final, com as modificações aprovadas pelo Conselho, foram refundidos, passando a ter sua redação aprovada com o texto que fica anexado à presente ata, dela fazendo parte integrante e arquivado na Secretaria dos Conselhos. Foi apresentado pela Comissão, o Regimento da COPERT, para discussão e aprovação pelo Conselho Universitário. Foi lido o projeto de regimento, sendo ao final aprovado com o texto que fica igualmente arquivado com a presente ata, na Secretaria dos Conselhos. As normas aprovadas, tanto na parte oriunda da COPERT como no trabalho trazido pela Reitoria, por deliberação do plenário, foram fundidas em um só documento, tendo a Presidência designado o Prof. Silvino Joaquim Lopes Neto para dar forma à sua redação, para que fosse, no dia seguinte baixada e publicada pela Reitoria para sua vigência imediata. Na oportunidade, e face ao esgotamento da hora, - quase às 20 horas - o Senhor Presidente deu por encerrada a sessão, ficando os demais itens da Ordem do Dia que não foram apreciados, para a pauta da próxima sessão do Conselho Universitário. Para constar, eu, Paulo Machado Vieira, Secretário dos Conselhos, lavrei a presente ata que após aprovada, se encontra devidamente assinada.-----

49  
Desk

Leu para a S. H. J.  
Paulo Machado Vieira